



Artigo

**Eichmann, o Racismo Institucional e as Políticas Públicas:
reflexões sobre o PIMESP e outras políticas**

*Eichmann , the Institutional Racism and Public Policy :
reflections on the PIMESP and other policies*

*Eichmann , el racismo institucional y política pública :
reflexiones sobre el PIMESP y otras políticas*

Gislene Aparecida dos Santos ¹

¹ Filiação institucional. Livre docente pela Universidade de São Paulo. Possui mestrado em Filosofia (USP), especialização em Epistemologia da Psicologia e da Psicanálise (UNICAMP), Doutorado em Psicologia (USP), pós-doutorado pelo Kings College London (área de Estudos Portugueses e Brasileiros) e York University (Estudos sobre Brasil-Canadá). É professora da Universidade de São Paulo lecionando no curso de graduação em Gestão de Políticas Públicas na Escola de Artes, Ciências e Humanidades, no Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos da Faculdade de Direito e no Programa de Pós-graduação Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. É pesquisadora do Diversitas-USP. Em suas publicações, orientações acadêmicas, projetos de pesquisa e extensão focaliza discussões sobre ética e direitos humanos, estudos críticos do direito, estudos pós-coloniais, fundamentos teóricos do multiculturalismo e das políticas de reconhecimento, inclusão, discriminação e racismo.

Correspondência: E-mail: gislene@usp.br

Resumo

O artigo discute o que impediria que os decisores políticos e gestores públicos percebam o aspecto não democrático e a violência embutida em algumas propostas de políticas públicas voltadas ao grupo social negro. Tomando como ponto de partida uma reflexão sobre o Programa de Inclusão com Mérito no Ensino Superior Público Paulista (PIMESP) e fazendo uso de conceitos como banalidade do mal, privilégio da brancura e racismo institucional, demonstra como as ações nas esferas pública e privada, ao ignorar os princípios da ética (não tratar seres humanos como coisas) e os valores democráticos (garantir a participação de todos os grupos sociais nas esferas de decisão), mantêm as hierarquias que impedem a mobilidade social dos negros e perpetuam a discriminação contra eles. Conclui que um dos objetivos mais importantes da gestão democrática deve ser a luta contra o racismo institucional e contra a coisificação dos seres humanos em nome da meritocracia, do produtivismo e da “eficiência”.

Palabras Clave: Racismo Institucional; Políticas Públicas; Privilégio da Brancura; PIMESP; Banalidade do Mal.

Abstract

The article discusses what would prevent policy makers and public managers from perceiving the not democratic aspect and violence embedded in some public policy proposals focused to black social group. Taking as a starting point reflecting on the Inclusion Program with Merit in Public Higher Education of Sao Paulo (PIMESP) and making use of concepts such as the banality of evil, privilege of whiteness and institutional racism, demonstrates how actions in the public and private spheres, by ignoring the principles of ethics (do not treat human beings as things) and democratic values (ensure the participation of all social groups in decision-making spheres), maintain the hierarchies that hinder social mobility of blacks and perpetuate discrimination against them. Concludes that one of the most important goals of democratic management should be fight against institutional racism and against the reification of human beings in the name of meritocracy, productivism and "efficiency."

Keywords: Institutional Racism; Public Policy; Privilege of Whiteness; PIMESP; Banality of Evil.

Resumen

El artículo aborda lo que impediría que los responsables políticos y gestores públicos entiendan el aspecto democrático y la violencia incorporada en algunas propuestas de políticas públicas dirigidas a grupos sociales negro. Tomando como punto de partida de una reflexión sobre el Programa de Inclusión de Mérito en la Educación Pública Paulista Superior (PIMESP) y haciendo uso de conceptos tales como la banalidad del mal, el privilegio de la blancura y el racismo institucional, demuestra cómo las acciones en los ámbitos público y privado, la ignorar los principios de la ética (no tratar a los seres humanos como cosas) y

los valores democráticos (asegurar la participación de todos los grupos sociales en la toma de decisiones), mantener las jerarquías que impiden la movilidad social de los negros y perpetúan la discriminación contra ellos. Concluye que una de las metas más importantes de la gestión democrática debe ser la lucha contra el racismo institucional y contra la mercantilización de los seres humanos en nombre de la meritocracia, el productivismo y "eficiencia".

Palavras-chave: Racismo Institucional; Políticas Públicas; Privilegio de blancura; PIMESP; Banalidad del mal.

Desde que foi anunciado, o programa das universidades paulistas denominado PIMESP (Programa de Inclusão com Mérito no Ensino Superior Público Paulista), tem gerado discussões dentro das universidades (que precisam refletir para endossar ou não a proposta apresentada com a meta de ser implementada a partir de 2014). Mas, também, tem gerado debates fora dos espaços acadêmicos.

O PIMESP se afastou integralmente daquilo que estava sendo proposto e discutido pelos movimentos sociais e pelas instituições que defendem e apóiam políticas democráticas de inclusão social. Muitas dessas instituições, intelectuais, professores, movimentos sociais se posicionaram contra a implementação desse Programa por considerá-lo, ao contrário do que o nome indica (inclusão com mérito), um programa alicerçado na discriminação e na segregação dos grupos sociais aos quais deveria incluir, nomeados na proposta como PPI's (pretos, pardos e indígenas) e estudantes brancos de baixa renda. Todos esses deveriam, antes de ingressar nas universidades, realizar curso de formação geral (segundo eles, em acordo com o modelo dos Colleges dos EUA), após o qual, aqueles que tivessem melhor nota poderiam ingressar nas universidades, efetivamente. Todos esses aspectos, salientado por muitos dos que se manifestaram contra a proposta, viola os princípios da Constituição Brasileira, como demonstraram os juízes da Associação dos Juízes para a Democracia, em carta enviada aos reitores das Universidades, enfatizando sua preocupação diante do PIMESP.

Meu objetivo aqui não é discutir o PIMESP, em si mesmo, porque muitos colegas professores já se manifestaram de modo bastante ilustrativo, informativo, com posições com as quais concordo. Hoje, proponho uma outra reflexão que objetiva discutir as posições assumidas diante do PIMESP. Se muitos, dentro da comunidade universitária e na sociedade civil se posicionaram contra o PIMESP, o que impediria outros tantos de tomarem a mesma iniciativa?

O que os impediria de se posicionar, de modo explícito e categórico, contra uma política com perfil segregacionista e discriminatório como esta?

Muitas respostas são possíveis para essas perguntas. Eu gostaria de focalizar alguns aspectos que, penso, possam nos auxiliar a entender, chamando a atenção para como, por meio das políticas públicas e da gestão dessas políticas, se pode construir e manter estruturas eficientes de segregação, discriminação e manutenção de privilégios, entre outras ações.

Não vou discutir todos os grupos sociais enunciados no PIMESP. Meu foco serão os negros porque é acerca da discriminação contra os negros que tenho pensado e escrito quando me volto para o tema do racismo.

Pretendo fazê-lo, primeiramente, relembrando o conceito de banalidade do mal e a figura de Adolf Eichmann, responsável pela implementação e pela gestão da política genocida do regime nazista. Depois, demonstro como o racismo impregna e permeia as instituições, mesmo nas sociedades supostamente democráticas, e o que isso pode representar para as propostas de políticas voltadas à população negra. Teço algumas considerações sobre a necessária avaliação, sob a ótica da ética e dos valores democráticos, de qualquer proposta política e de políticas públicas antes de sua implementação. Analiso, que somente se pautando em valores democráticos e éticos poderemos construir políticas públicas que não estejam a serviço da banalização do mal e da violência. Por fim concluo que ainda somos presas das armadilhas do racismo que nos fazem crer que estamos sendo democráticos quando somente não compreendemos o modo atual que o racismo assumiu para se perpetuar.

Eichmann em Jerusalém e a Banalidade do Mal

Todos que se ocupam com os direitos humanos conhecem a referência discutida por Hannah Arendt em seu texto *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*.

A filósofa, quem acompanhou o julgamento de Adolf Eichmann, vincula sua análise da figura dele com a banalização do mal (ou banalidade do mal), conceito formulado por ela, inspirada nas obras de Kant.

Para a autora, a emergência do totalitarismo fez surgir um novo conceito de mal, totalmente desvinculado das idéias de pecado com o qual costumeiramente teria sido associado ao longo da história. O mal como violência, ação violenta, que visa a destruição do político, a coisificação dos homens, a transformação dos seres humanos em supérfluos, mas que ganha uma aparência banal, ordinária, corriqueira como se nada fosse. Esse mal não aparece sob a forma de demônios e monstros que se revelam assustadores, não é imanente a

ele qualquer valor ontológico. Ao contrário, ganha, no espaço político, a aparência o mais banal possível. É algo do mundo fenomênico, das aparências, das ações, da política. Uma banalização engendrada por meio da necessidade de organização, da obediência e da eficiência burocrática, por meio do afastamento da realidade e da ausência do pensamento.

De modo ligeiro e que nem de longe recupera a complexidade das discussões e críticas realizadas por Arendt (o que mereceria teses e mais teses como todas que já foram escritas sobre o assunto), a autora indica que basta a existência de instrumentos, estratégias e acontecimentos que “cooperem” com os propósitos totalitários (mesmo que em regimes não totalitários) para que a banalidade do mal se imponha. A burocratização das sociedades que levam os seres humanos a não reflexão, ao não pensamento (ou ao vazio do pensamento), a buscar a eficiência por meio da obediência a ordens... tudo isso banaliza o mal.

Por que Eichmann ilustra essa prática?

Diante dos horrores do holocausto, todos procuravam a figura monstruosa daqueles que teriam sido os autores dessas atrocidades. Contudo, Arendt descreve Eichmann como um funcionário público banal, obediente, cumpridor de metas e ordens que queria administrar bem as deportações e os massacres que ocorriam. Ele era um medíocre, uma nulidade pronta a obedecer a qualquer comando mais forte, incapaz de refletir sobre seus atos ou de fugir aos clichês burocráticos, uma pessoa que se via como alguém que devia fazer o que mandam da melhor forma possível e que almejava o sucesso e a promoção na carreira.

Não quero entrar nas controvérsias suscitadas pelo texto de Arendt, quer pelo modo como descreveu o julgamento, quer pela forma como avaliou a figura de Eichmann. Estou interessada em pensar que as críticas de Arendt nos ajudam a entender as ameaças para todas as sociedades, inclusive as sociedades democráticas submetidas à massificação, à burocratização da vida pública e ao vazio do pensamento quando em conjunção com Estados capazes de formular políticas que aparecem como banais, mas que institucionalizam a violência sob a forma do cumprimento de metas, organização e fluxo de tarefas, demonstração de eficiência. A discussão que Arendt propõe nos auxilia a enxergar a banalidade do mal como um fenômeno que pode ocorrer e ocorre sempre que as circunstâncias forem propícias.

É interessante observar que, no caso do julgamento de Eichmann, Arendt, mesmo demonstrando o quão patética era a figura desse homem e insistir na não caracterização dele como um monstro, ao mesmo tempo, recusa a idéia de não imputar a ele a responsabilidade pelos atos cometidos. Não se deve enxergá-lo como o único responsável pelo genocídio e pelos crimes contra a humanidade, mas, também não se deve adotar a idéia da culpabilidade coletiva. Por isso, a autora demonstra grande preocupação com as conseqüências políticas da não imputação de responsabilidades aqueles que têm a culpa efetiva por atos que

banalizam a violência. Para Arendt, a tese da culpabilização coletiva dilui e pulveriza as ações de modo que ninguém, de fato, seja responsabilizado pelos atos mais atrozes que pratica.

Embora eu não possa dizer que concorde com todas as teses defendidas por Hannah Arendt (para mim, é difícil concordar com seu texto sobre Little Rock, por exemplo. Voltarei a isso mais adiante), penso que suas discussões sobre a banalidade do mal extrapolem o caso específico analisado por ela e ganhem atualidade nos auxiliando a pensar em questões contemporâneas associadas à perpetuação da violência.

Creio que seja nesse ponto que encontramos uma série de fatores que elucidam o racismo institucional no Brasil.

II – O Racismo Institucional

Temos discutido à exaustão os vários modos de operação das diferentes modalidades de racismo que conhecemos desde que essa ideologia foi desenhada por meio do vínculo entre exploração econômica, violência e as categorias criadas pela biologia, nos finais do século XVIII e começo do século XIX. O racismo biológico nasce junto com a ciência biologia.

Contudo, a criação de hierarquias por meio das quais se estabeleciam os lugares que cada grupo humano ocupava e deveria ocupar em razão de suas características, é muito mais antiga, basta acompanhar a história da humanidade. Por isso, muitos autores apontam para o fato de que a exploração dos negros e dos indígenas por meio de características que os marcavam inclusive pela cor da pele (mas não só) é anterior ao século XIX e data do momento da colonização das Américas quando, pela primeira vez, associou-se a idéia da hierarquização, exploração, violência contra todo um contingente de pessoas e povos que passaram a ser designados, de modo geral, como índios e negros. Muito embora os argumentos se alterem (de religiosos para biológicos para culturais...), desde então, assistimos os ajustes que a hierarquização em razão da cor e depois a ideologia racista realizou para continuar a existir, se apropriando dos discursos de seus opositores para se atualizar e manter as estruturas de dominação.

Há muito sabemos que o racismo, no Brasil, opera por meio da criação e manipulação de estratégias que atuam na esfera pública e na esfera privada de modo que aquilo que diz respeito à esfera privada e das subjetividades seja utilizado para camuflar a estruturação do racismo na esfera pública e nas instituições públicas.

Sobre modos de operação na esfera privada, a serviço do racismo institucional, todos devem se recordar do texto de Oracy Nogueira que discutia o preconceito de marca (e por ser preconceito, diz respeito à esfera privada) por meio do qual se revelam as hierarquias sociais através da gradação das cores da pele fazendo com que os mais claros (e os brancos) ocupem os lugares de maior prestígio.

Também são referências os textos de Florestan Fernandes nos quais o autor discute o modo como os brasileiros lidam com a negação de seus preconceitos e do racismo. Fernandes avalia a existência de algo que denomina como uma “realidade moral reativa” por meio da qual, o que se destaca no universo sociocultural do branco, não é o preconceito de cor, mas o preconceito de não ter preconceito. Ainda, considera o autor, os indivíduos brancos estariam minados em sua capacidade de agir acima das normas, ignorariam a natureza dos dramas das populações negras e mestiças e, no lugar de tudo isso, assumiriam uma atitude de falsa consciência por meio da qual, em vez de buscar entender como o preconceito se manifestaria, passariam a atacar aqueles que afirmam e apontam a existência do racismo como se houvesse o perigo que fazer existir o racismo, somente por apontá-lo onde ele existe. Para Fernandes, existem normas e regras por meio das quais se pode falar do racismo no Brasil; normas sobre como o tema pode ser abordado e os ajustamentos preconceituosos admitidos; um silêncio no espaço público ou uma fala cercada de sutilezas. Também, há a exigência de “um certo decoro” no trato do assunto, uma certa intimidade e privacidade, um dever de zelar para que não se quebre a estrutura hierárquica vigente na sociedade.

Mas isso não é tudo.

Atualmente, especialmente no norte das Américas, se discute um novo ajuste da ideologia racista denominado *color-blind racism*, ou seja, o racismo que não se alicerça mais nos discursos que salientam as diferenças e hierarquias raciais e, ao contrário se constrói salientando aspectos perfeitamente humanos, mas que poderiam estar mais presentes em alguns grupos do que em outros.

Essa nova faceta do racismo teria se iniciado (e continua se atualizando) logo após o êxito dos movimentos pelos direitos civis dos EUA. Ele se constitui de modo a, por um lado, apoiar e a manter os privilégios associados à brancura e, por outro, de modo a se apropriar e distorcer algumas das estratégias, conceitos e discussões realizadas pelos proponentes do multiculturalismo e das políticas de reconhecimento de identidades fazendo com que a defesa do reconhecimento de identidades culturais seja transformado em novas formas de hierarquização. Essa é uma discussão árdua e bastante complicada que realizei em outro lugar. Não será possível voltar a ela nesse texto.

A ideologia do *color-blind racism* é capaz de explicar as desigualdades raciais como resultados de dinâmicas aparentemente não raciais (ou não racializadas) como fora a política do *Jim Crow* ou do *apartheid*.

Bonilla-Silva está entre os autores que demonstram a diferença entre o *Jim Crow* e o *color-blind racism*. Enquanto o primeiro explicaria a posição social dos negros como resultado de sua inferioridade biológica e moral, o segundo evitaria esses argumentos, considerados fáceis. No lugar do racismo biológico, seria criado um novo modo de racionalização da situação social das minorias como sendo produtos de dinâmicas do mercado, decorrentes de fenômenos naturais ou das limitações culturais dos próprios negros (ou das minorias). Essas práticas seriam súteis, institucionais e aparentemente não raciais.

Toda uma nova forma de construção de discursos e linguagens foi criada para sustentar o *color-blind racism*. Em vez de dizer que Deus colocou os negros na posição de servidão, é sugerido que eles não progridem porque não trabalham o suficiente. No lugar de dizer que negros não são bem-vindos, criam-se estratégias de não acolhida porque eles (os negros) não se sentiriam bem ou confortáveis em alguns locais. No lugar de se criar bairros segregados, simplesmente não se mostram todas as opções de compra ou aluguel de imóveis quando os clientes são negros ou solicita-se aluguéis a um valor inacessível para as populações negras. Na área de empregos, o autor nomeia a existência de uma *"smiling face" discrimination* (ações feitas com um sorriso discriminatório no rosto) que se soma à frase: *"Nós não temos emprego agora, mas, por favor, verifique mais tarde"* como forma de negar emprego aos negros. Além disso, as ofertas de emprego são postadas em redes exclusivas. No caso daqueles que conseguem empregos, paga-se salários menores aos funcionários negros ou oferecem-se a eles posições que não correspondem ao seu nível de formação educacional, ou ocupam-nos em empregos com pouca possibilidade de ascensão.

Não é difícil encontrar paralelos com as práticas discriminatórias que conhecemos no Brasil. Também, não se pode ignorar (como avaliam os estudiosos do *color-blind racism*) que essa ideologia auxilia na manutenção dos privilégios para quem é branco sem fazer barulho e sem explicitamente nomear aqueles a quem submete e aqueles aos quais recompensa. Tudo se traduz como questões de mérito e de diversidade de culturas, opções de investimentos, escolhas individuais, gerenciamento da vida. Desse modo, se permite aos brancos enunciarem posições que salvaguardam seus interesses raciais sem soarem racistas. E, ainda, cria-se a condição para poderem expressar ressentimento contra minorias; criticar sua moralidade, valores e ética de trabalho, e ainda alegar serem vítimas de "racismo às avessas" se eximindo de toda e qualquer responsabilidade pelo que ocorre com os negros, nas sociedades contemporâneas.

Os autores que estudam o *color-blind racism* salientam que seu objetivo não é o de iniciar um processo de condenação dos indivíduos brancos. Assim como o deles, o meu objetivo é o de demonstrar como opera uma ideologia e como podemos (brancos e negros) cooperar com ela se não pensarmos sobre seu modo de funcionamento.

O que se observa é que, quando não há segregação oficialmente determinada, as normas de manutenção dos privilégios e das hierarquias operam de modo muito semelhante ao que observamos no Brasil. Aqui, foram criadas estratégias por meio das quais a afirmação da existência do racismo e do ser racista é considerada de extremo mau gosto enquanto as práticas de discriminação racial são aceitas como se fossem naturais.

Penso que o *color-blind racism*, tanto quanto a modalidade *Jim Crow* ou o *apartheid* na África do Sul indiquem, todos eles, modalidades de banalização da violência. Em todos os casos, há uma burocracia que se incumbem de fazer com que as normas sejam obedecidas, as regras seguidas, as políticas implementadas. As ações se tornam “aceitáveis” se acobertadas pelas políticas do Estado.

No caso específico do *color-blind racism*, as discriminações se escondem por trás da deturpação das ideias da diversidade cultural, se ocultam sob o nome de meritocracia, gestão eficiente e produtividade. No lugar de se dizer racista, diz-se que se está compreendendo como se dão as diferenças entre as culturas. Em vez de se dizer racista, afirma-se que se está valorizando o mérito, a eficiência e a produtividade.

No Brasil não houve *Jim Crow* ou políticas oficiais de segregação. Neste país, até pouco tempo atrás, nem se admitia a existência de qualquer forma de discriminação racial. Desta forma, o racismo se estruturou como sendo alheio às cores, como se elas não importassem no que diz respeito à exclusão e somente valessem no que diz respeito à valorização: a valorização de nossa mestiçagem. Aquilo que nos EUA surge como uma nova forma de perpetuar a ideologia racista, para nós, é o dia a dia das práticas de discriminação racial, é a nossa chamada democracia racial.

Como dito acima, o racismo institucional, no Brasil, opera por meio de estratégias que combinam ações na esfera pública e na esfera privada, simultânea e intercaladamente.

O que faz o racismo institucional?

O que temos chamado de racismo institucional, no Brasil, é aquilo que se sustenta por meio das discriminações indiretas, ou seja, pelas ações das próprias instituições, nas práticas de socialização, regulação e ordenamento da vida em sociedade por meio das regras que são criadas e utilizadas para satisfazer as necessidades básicas dos indivíduos.

As instituições são estruturas que estabelecem padrões, papéis e modos de relação entre os indivíduos, são convencionadas e aceitas por “todos” e, por isso, de certo modo, são responsáveis por transmitir e por garantir que os indivíduos conheçam e reproduzam as normas sociais. Família, escolas, universidades, igrejas, o próprio Estado, partidos políticos, no vocabulário

sociológico corriqueiro, são os exemplos mais comuns e sempre citados de instituições.

Se as instituições são o que costumeiramente encontramos nas sociedades complexas modernas e são elas a sua sustentação, dizer que o racismo é institucional significa afirmar que o racismo não só está entranhado nas instituições, mas que a sociedade inteira - e todas as instituições que a sustenta - foi edificada com base na hierarquia, exploração e violência contra os negros. Significa dizer que o racismo institucional é a ideologia que assegura, por meio da exploração simbólica e material dos negros, a ordem social vigente. Assim, falar em racismo institucional é falar em ideologia. Por isso, o racismo institucional opera tanto na esfera pública quanto na privada.

Como o racismo institucional opera?

1. Inviabilizando as estruturas por meio das quais são mantidos os privilégios para a brancura de modo que não se identifiquem os responsáveis pela desigualdade entre brancos e negros sempre atribuída, no caso brasileiro, a fatores como a educação desigual, questões meramente econômicas, herança histórica. Mas não se faz isso entendendo como, por meio dos mecanismos da economia, da educação, do direito, da saúde e das instituições se constrói uma história na qual os negros estão em posição de desvantagem. Simplesmente, considera esses aspectos como se fossem gerados espontaneamente sem que houvesse atores e agentes que os fizessem existir e funcionar. Como se todos fossem naturais e não decorrentes da ação política dos seres humanos, e sendo naturais não podem ser alterados;
2. Negando o seu nome, ou seja, mostrando-se como tudo menos como o que é realmente. Por isso o chamamos de racismo sem racistas ou um racismo que não precisa ser explicitado como tal para existir na medida em que as relações sociais operam de modo a estabelecer as hierarquias por meio do pacto da brancura.

O pacto da brancura é a rede invisível que permite o apoio sistemático entre os indivíduos por meio de comportamentos e ações que, no cotidiano, concretizam a hierarquização entre brancos e negros, impedem a mobilidade social dos indivíduos negros e assegura simbólica, subjetiva e objetivamente a perpetuação da hierarquia entre eles. Autores que discutem o tema afirmam que o pacto da brancura aparece no mundo político como um lugar de vantagem estrutural nas sociedades onde a dominação se apóia na diferença entre cores e raças (mesmo e sobretudo quando essa forma de dominação é ocultada) como na ideologia da democracia racial ou no *color-blind racism*.

Dito de outro modo, o pacto da brancura é o consentimento com os privilégios vinculados ao ser branco que ocorrem nas sociedades que um dia

foram racializadas e não se ocuparam em eliminar, de todas as formas, os efeitos dessa racialização (mesmo que no tempo presente informem que não operam com categorias raciais). Para fazer parte do pacto da brancura, não é necessário se informar racista, se considerar racista, fazer louvação à superioridade dos brancos (não se está falando em movimentos de supremacia ariana!). Para fazer parte do pacto da brancura, basta não se importar, não denunciar ou considerar normal que indivíduos brancos ocupem “naturalmente” todas as posições de prestígio e poder como se isso se associasse, exclusivamente a méritos individuais. É considerar banal a desvantagem estrutural que os negros possuem nas sociedades que um dia foram divididas em raças, quer por políticas oficiais ou oficiosas de *apartheid* quer pela presença da escravidão.

Sendo assim, não é necessário que os indivíduos de pele branca (ou pele clara, no caso brasileiro) se afirmem racistas. Podem não ser racistas, mas o privilégio que possuem em razão de sua cor lhes é assegurado pelo pacto da brancura. Por isso, não denunciar, não fazer nada, usufruir dos privilégios sem contestá-los é compactuar com o racismo.

No início da presente década, inúmeras iniciativas públicas, muitas envolvendo parcerias com organizações não governamentais (ONGs), fundações empresariais e as várias instâncias do Poder Executivo, que são mobilizadas, tanto no nível federal como no estadual e municipal. SPOSITO (2003) destaca que grande parte destes programas tinha como foco os jovens excluídos ou, na condição que se tornou usual conceitualizar, como de *risco social* e que em muitas de suas formulações a condição juvenil era apresentada como um elemento problemático em si mesmo, demandando, desta forma, estratégias de enfrentamento dos problemas da juventude.

O pacto da brancura opera, também, permitindo aos brancos não se apresentarem como grupo, mas como seres humanos normais. Por outro lado, o pacto da brancura opera alternando ações que ora identificam os negros como grupo e ora, supostamente, os individualiza. Em ambos os casos, opera com marcadores da diferença entre brancos e negros que visam estabelecer hierarquias entre eles.

Como “coletivo”, os negros são tratados como se todos fizessem parte de um grupo composto por pessoas que seriam “diferenciadas” não por serem negras (não se é racista!), mas pela cultura do grupo ou por problemas na formação ou na educação que todos eles teriam recebido, pela falta de estrutura familiar que supostamente esse grupo teria. Como indivíduos, são tratados por meio de ações que os aponta como pessoas problemáticas. Nesse caso, não seria a má educação que receberam, a sua má formação, questões econômicas que marcariam esse indivíduo. Buscam-se falhas, lacunas, defeitos, ausências, na personalidade, no caráter, nas ações e nas produções realizadas pelos indivíduos negros de modo a isolá-los em espaços de menor poder ou total ausência de poder. Observe-se, entretanto, que esse discurso é dirigido a cada indivíduo, independentemente, de modo a não revelar que se dirige, de fato, a todos os

negros (o que identificaria o racismo). Diz-se: “Não, não são todos os negros que são assim, mas, aquela pessoa específica, ela sim seria problemática. Mas não todos os negros”. Entenda-se por problemático aquilo que repetidamente se associa aos negros quando denunciam a existência do racismo ou quando estes indivíduos se negam a cooperar com “o jogo” de ocupar o lugar do inferior, do subalterno. Diz-se problemático porque se afirma que esse indivíduo tem mania de perseguição, não é cooperativo, não se mistura, não participa, é muito passional e uma série de outros atributos que visam desqualificar aquele indivíduo, em especial.

Todas essas estratégias reafirmam a hierarquia entre brancos e negros de modo que os negros sejam enxergados como naturalmente providos de menor valor, não por sua cor, mas por não obterem, em ambientes vistos como igualitários e democráticos, o mesmo sucesso obtido por outros indivíduos. Sendo assim, o racismo institucional também opera por meio da prática de um modelo de democracia que desconsidera os mecanismos de opressão que impedem a participação de alguns grupos sociais, em igualdade de condições, nas deliberações que são feitas na esfera pública por meio das quais a democracia se consolida, como tão bem salientou Young.

O que se observa é que, na esfera privada, o racismo institucional opera por meio do pacto da branquidão e por estratégias que reafirmem, de modo sistêmico, a “autoridade” e a superioridade dos brancos sobre os negros inventando e reinventando modos e formas de violências simbólicas, subjetivas e objetivas, criando e recriando hierarquias entre brancos e negros. Na esfera pública, o racismo institucional funciona de modo a coibir a efetiva paridade na participação democrática do grupo social negro não nomeando e eliminando as formas de opressão que impedem essa participação.

Essas são somente algumas das estratégias utilizadas para a dominação porque, sabemos, elas se sofisticam e se reinventam para que as estruturas de dominação sejam mantidas.

Contudo, penso que nenhuma dessas estratégias teria êxito se não se alicerçasse na banalização e na naturalização da violência contra as populações negras, enxergadas como supérfluas.

Parte das estratégias da naturalização da violência contra os negros foram e são efetivadas por meio de políticas públicas que não são atentas nem aos princípios da ética e não aos valores da democracia (conforme indicamos acima). Por isso, essas políticas públicas findam por cooperar com o racismo institucional.

III- Eficiência, Gestão, Mérito e Banalidade do Mal

Iniciei esse texto dizendo que iria discutir o que impedira alguns de se posicionarem, de modo explícito e categórico, contra uma política com perfil segregacionista e discriminatório como o PIMESP. Penso que, agora, tenhamos elementos para responder a questão.

O PIMESP é apresentado como um programa de inclusão nas universidades. Em seu texto, traz dados e estatísticas que mostram a desigualdade entre brancos e negros e, a partir deles, como dito no início desse artigo, faz uma proposta de inclusão por meio da criação de um curso de educação superior por meio do qual estudantes negros, indígenas e pobres seriam preparados para ingressar, após dois anos, no ensino superior. Sendo assim, o PIMESP é apresentado como o que é: uma proposta de política pública para a educação.

A proposta é desenhada de modo a indicar como o programa seria implementado ano a ano, metas são estabelecidas, o projeto das disciplinas a serem cursadas pelos alunos é indicado, os custos são definidos, o modo de gestão do programa estabelecido. Tudo parece perfeitamente viável e factível.

Contudo, a proposta foi considerada, por profissionais do Direito, com sendo contrária à Constituição do país por determinar que parte de sua população seja levada a cursar dois anos a mais que os outros estudantes se quiserem ter acesso às universidades e também, segundo eles, por incidir em “discriminação negativa” da população alvo da proposta.

Para aqueles que se opuseram ao PIMESP, os aspectos acima são gritantes e suficientes para condenar a proposta. Para os outros, talvez, essas questões não sejam perceptíveis porque ficam obnubiladas pela faceta de uma proposta de política pública que pode ter problemas em sua formulação, mas que poderia ser melhorada para que se tornasse viável. De meu ponto de vista, isso não é possível. Não há como melhorar uma política que separa tornando-a uma política que inclui. Ou ela tem como finalidade e essência incluir e inclui no começo, meio e fim ou não tem essa finalidade e essa essência e, portanto, não pode ser considerada uma política para a inclusão. Não se pode alcançar a inclusão se o ponto de partida é a segregação.

Para incorrer nesse lastimável engano, penso que tanto os formuladores quanto os apoiadores dessa proposta tenham se fiado em buscar a eficiência no cumprimento das metas sem considerar o que são, efetivamente essas metas, sem investigá-las sobre o ponto de vista da ética e sem considerá-las sobre o ponto de vista da democracia e, portanto, sem investigar o que, de fato, significariam para as populações envolvidas, para a eliminação do racismo institucional (que, para mim, deve estar entre as metas da gestão democrática) e

para a não banalização da violência. Não é sabido quem formulou o texto, quem foram os redatores, quais seus vínculos, cores. Nada disso importa nesse caso. É a proposta de uma política pública assinada pelas instituições que a propuseram que deve ser considerado.

É muito fácil se justificar por meio das estratégias liberais do mérito, da gestão eficiente de modo a otimizar custos, manter a produtividade, reduzir as externalidades negativas, ampliar as externalidades positivas e outros vocabulários técnicos que são próprios da área da gestão, alguns sobretudo da gestão em sua perspectiva econômica, mas que passaram a ser, “magicamente” vocabulários da área da educação. É mais complicado considerar a relevância de algumas políticas públicas sob a ótica da ética e da democracia.

Além dos fatores como orçamento, agenda política etc é fundamental considerar se há relação entre a política pública proposta e a cidadania, entre a política proposta e a democracia que considera a paridade na participação de todos os grupos sociais, entre ela e os valores por meio dos quais se constrói e se preserva o bem comum. Se a política pública corresponder a todos esses fatores, possivelmente será uma política em acordo com os princípios éticos e, portanto, não será violenta.

Nas aulas de Ética e Políticas Públicas ministradas para alunos do curso de Gestão de Políticas Públicas, fazemos o exercício de analisar o valor de algumas políticas públicas a partir da resposta que encontramos para algumas questões. Quem importou no momento da proposição dessa política pública? O que importou? Quais custos foram considerados? Foram somente considerados os custos financeiros ou também foram considerados os custos para as gerações futuras, para o planeta, para os valores democráticos e para o bem comum também? Quais custos foram ignorados? O que será considerado importante na integralidade (totalmente) e o que será considerado parcialmente (deverá ser descontado) no momento da implementação dessa política? Somente os que participam diretamente da tomada da decisão (*policy makers*) foram ouvidos e puderam participar ou outros que serão profundamente afetados pela decisão também puderam participar de sua elaboração? Somente os seres vivos atualmente ou os que estarão vivos a partir de agora? Somente a sociedade humana ou também os do mundo natural? Foram considerados os efeitos delas para a humanidade como um todo, para os países vizinhos ou somente foram considerados os interesses locais e de grupos locais?

Não podemos aceitar que políticas públicas sejam implementadas sem que questões como essas sejam respondidas. Sem que sejam consideradas suas dimensões éticas, sem comprometimento com os valores éticos e democráticos.

Quando ainda era aluna de Filosofia, ouvi uma palestra de Marilena Chaui sobre o tema da ética na qual ela dizia que havia alguns critérios por meio dos quais a ética e a política poderiam se auxiliar mutuamente. Recordo-me de dois deles. Ela dizia (o texto a seguir é transcrição feita por mim da fala de Chaui): “o

primeiro critério - subsídio da ética para política: a relação entre meios e fins na ética é uma relação na qual não há exercício da violência (tratar um humano como coisa, como objeto). Tratar como sujeito e não como objeto é tratá-lo eticamente. Se a política, na esfera pública, for capaz de tratar os fins políticos através de meios não violentos, nós temos uma política ética. O Segundo critério. Embora a ética se realize no campo da vida privada, o que ela busca nessa esfera que lhe é própria é a ideia de que nenhuma autoridade é legítima se ela for despótica, arbitrária e se realizar através da vontade individual de alguém. Aí é a política que ajuda a ética na medida em que o próprio da esfera pública é afastar a autoridade despótica, ou seja, aquela autoridade que se exerce como uma vontade pessoal, individual, arbitrária acima de todas as outras. A política auxilia a ética na luta contra as formas de autoridade arbitrárias no interior da vida privada”.

Ao ler o texto com a proposta do PIMESP não é difícil perceber a coisificação. Se negros, indígenas são termos que generalizam e não indicam o que as pessoas pensam, dizem de si mesmas (sem querer entrar no debate sobre a construção do termo “negro” pelos movimentos sociais ou sobre o uso das palavras afrodescendentes ou afro-brasileiros em seu lugar), no PIMESP, nem a indicação política, sociopolítica, etnográfica, qualquer que seja, é utilizada. Surge, ao contrário, uma designação ainda mais generalizadora e coisificadora: os PPI’s. Já coisificados, os PPI’s podem ser objetos de qualquer violência, tornam-se totalmente supérfluos.

Não quero dizer que, no Brasil de hoje, estejamos sob um regime totalitário. Sabemos que não é esse o caso. Nossa própria Constituição nos protege contra esse risco e, por isso, em nome dela, foram apontados os equívocos do PIMESP. Creio mesmo que o PIMESP tenha sido criado e proposto “com as melhores das intenções”. Weber discutiu muito bem esse tópico quanto tratou da ética dos governantes. Nesse aspecto, concordo com a interpretação de Weber feita por Renato Janine Ribeiro, segundo o qual o que se exige dos governantes é que se pautem pela ética da responsabilidade, mas, também, pela ética dos princípios, pelo ser e pelo aparecer, para que suas ações sejam adequadas.

Também, é importante dizer que, ao tomar Eichmann como exemplo, o objetivo não foi o de comparar a proposta trazida pelo PIMESP com o que ocorria nos campos de concentração, nem, por outro lado, o objetivo foi o de minimizar o que ocorreu durante o nazismo. Tampouco desejei retirar do contexto a proposta do PIMESP. Minhas escolhas foram feitas para dizer “cuidado!”.

Dizer cuidado fazendo uso de um exemplo que é compreendido no mundo inteiro e que fez com que leis específicas fossem criadas para designar, em nossa era, o que ocorreu ao longo do nazismo: crimes contra a humanidade.

2- Dizer cuidado fazendo uso de um conceito (a banalidade do mal) que ainda nos ajuda a refletir acerca do vazio do pensamento, o tornar supérfluos os

seres humanos, sobre a banalização da violência e do mal, nos auxilia a pensar na destruição do político.

3- Dizer cuidado mostrando como o racismo institucional isenta as pessoas da responsabilidade pela existência do racismo porque ele próprio funciona de modo que seja desnecessária a afirmação e a informação sobre quem é racista. Não somos racistas dizem alguns! Não precisamos assumir as teses racistas para sê-lo. Basta não nos opormos aos privilégios associados à brancura e não nos ocuparmos com os modos atuais de hierarquização entre brancos e negros para que o racismo exista e funcione.

4- Dizer cuidado diante da gestão pública irresponsável sobre o ponto de vista da ética e da democracia.

5- O PIMESP é uma proposta para a educação, não para o extermínio. Mas é preciso ter cuidado e lembrar o que pode ocorrer quando se coloca o mérito à frente da ética; se coloca o mérito e a eficiência à frente dos valores democráticos e se coisifica as pessoas.

6- É preciso ter cuidado quando se assume o lugar daquele que executa um trabalho sem considerar o que é esse trabalho. É preciso ter cuidado diante de sociedades que estimulam a existência desse tipo de indivíduo que não pode pensar e não quer pensar naquilo que faz ou não pode pensar antes de fazê-lo. Sociedades nas quais o próprio pensamento se torna supérfluo.

Considerações Finais

Penso que, atualmente, em referência à população negra (mas não só, eu sei), estejamos vivendo um momento supremo de conjunção entre as estratégias liberais de medição de eficiência e produtividade, do color-blind racism (ou do racismo sem racistas) e de burocratização da vida humana que inviabiliza, mantém e ratifica a violência e a opressão. Nada disso pode ser percebido porque não se deseja que seja percebido. Se for percebido, será necessário admitir, em contrapartida:

1- que o racismo permeia todas as instituições criando hierarquias entre brancos e negros, promovendo os privilégios associados à brancura;

2- que o racismo se mantém por meio de ações na esfera pública e privada por meio das quais se banaliza a violência contra os negros;

3- que a não reflexão sobre o que ocorre com as populações negras, a ausência do pensamento sobre esse aspecto colabora com o racismo;

4- que a existência de instituições que não se pautem por valores éticos e democráticos colabora com o racismo;

5- que a crença em uma democracia que desconsidere a paridade de todos os grupos na participação política, na criação de agendas, no desenho de projetos, na implementação e na avaliação das políticas implementadas não realiza o que é importante para evitar a hierarquização entre brancos e negros e não impede os privilégios e pactos associados à branquidão;

6- que uma gestão que se quer democrática deve dismantlar os mecanismos de perpetuação do racismo institucional;

7- que as ações irrefletidas de implementação de políticas públicas, sem considerar seus efeitos na sociedade a partir de uma perspectiva ética, é contrária a todos os princípios construídos sob a égide dos direitos humanos e compactua com os pressupostos que, se levados ao extremo, podem nos conduzir a outras barbáries;

8- que a eficiência não pode substituir a ética;

9- que a meritocracia não pode se sobrepor à ética;

10- que nossos políticos e nossos gestores não são funcionários públicos que podem agir sem consciência, sem pensamento, sem reflexão. Ao contrário, devem agir em acordo com a ética dos princípios e da responsabilidade e serem culpados por toda e qualquer política que banalize a violência e o mal;

11- que é necessário fazer uso dos mecanismos que garantem a participação democrática (em uma democracia com paridade de todos os grupos sociais em sua consolidação), quais sejam: a transparência, a prestação de contas e a responsabilização política, pública e, em alguns casos, pessoal, para que as políticas públicas assegurem a própria democracia e correspondam ao bem comum.

É por meio das políticas implementadas que mostramos no que acreditamos, quais valores defendemos e que mundo queremos construir para nós e para as gerações futuras. Por isso, não se pode aceitar, em silêncio ou com respostas tímidas, que as universidades que desejam se incluir entre as melhores do mundo acreditem que a educação de seus jovens seja construída por meio de políticas públicas que não estimulem o convívio entre os diferentes, não valorizem concretamente (e não somente como retórica ou ideologia) a diversidade que compõe a sociedade, que busque o mérito e a eficiência desvinculadas da ética e apoiem a violência simbólica contra aqueles que serão o nosso futuro.

No início deste texto, indiquei que não concordava com o texto de Arendt sobre Little Rock. Se, no caso da discussão sobre Eichmann, Arendt foi precisa ao apontar o problema do totalitarismo e da banalidade do mal, penso que tenha

tido menor acuidade na discussão do caso da integração de crianças negras nas escolas de Little Rock, EUA. Naquele texto, Arendt argumenta contra a integração forçada das crianças por entender que os adultos estavam transferindo a elas (às crianças) a responsabilidade pelo racismo que eles (adultos) criaram.

Posso concordar com o argumento de que não se deve transferir às crianças a responsabilidade por resolver problemas criados pelos adultos. Contudo, Arendt também defende que os pais devem ter o direito de escolher onde e com quem seus filhos devem estudar. Avalia que a integração forçada poderia impingir uma enorme violência às crianças (brancas e negras) que estariam em um ambiente onde não seriam desejadas ou com quem não quisessem conviver.

Nesse caso, creio que a autora não tenha percebido que o direito de escolha existia somente do lado das crianças brancas e não do lado das negras. A própria escolha não era um direito para aquelas crianças negras e para seus pais. Se as condições para a escolha não eram as mesmas de modo a garantir para todos os grupos sociais as mesmas oportunidades e os mesmos resultados, então, não se pode dizer que, de fato, havia direito de escolha para todos. As crianças negras não tinham as mesmas oportunidades e não alcançavam os mesmos resultados. Não havia escolha, por isso, os argumentos de Arendt eram falhos e equivocados, nesse aspecto.

Além disso, em uma perspectiva da ética comunitarista, penso que a educação de todas as crianças deva ter como meta o bem comum e não somente o benefício exclusivo do grupo social ao qual pertence. Em que medida a educação segregada poderia atender ao bem comum da construção de sociedades nos quais os indivíduos se respeitassem e tratassem aos outros com a mesma dignidade que desejam receber, desenvolvessem o sentido de solidariedade, aprendessem que o convívio com o diferente não deve se associar à construção de hierarquias, ao medo, ao terror, à violência, aprendessem a não oprimir aos mais fracos, aprendessem a não banalizar o mal, aprendessem a não tratar os outros seres e aos outros seres humanos como coisas?

Hoje, diante de políticas como o PIMESP, diante da violência contra as crianças e os jovens negros nas periferias (os quais estão entre as maiores vítimas da violência dos agentes da segurança pública), diante de propostas de redução da maioria penal como solução para problemas que não se quer enfrentar, diante do total abandono da educação básica onde a violência é tão corriqueira que não nos choca mais, diante do modo como permitimos que nossas crianças e jovens tratem como coisa (matem, queimem, espanquem, humilhem, intimidem) outros seres humanos, é difícil responder à pergunta sobre o que ensinamos e eles para que o mundo seja melhor do que aquele herdado após Auschwitz. A proposta para uma educação que não reedite a barbárie parece tão distante quanto quando foi formulada por Theodor Adorno. Tão difícil quanto isso é responder sobre o que temos feito na formação de gestores públicos que tenham responsabilidade em evitar a banalidade do mal.

Para finalizar, creio que o que de mais valioso haja nas ações afirmativas, sobretudo aquelas que focalizam direta e equitativamente, negros e indígenas, é que elas propiciam o convívio com quem é diferente e a participação de todos esses que são diversos uns dos outros na construção do conhecimento, trazendo para o seio das universidades outras idéias, outros modos de ser, pensar, agir e viver. Por isso, penso que as ações afirmativas focalizadas nesses grupos sociais estejam em acordo com os princípios da ética e da democracia.

Referencias Bibliográficas

- Adorno, Theodor W. (1994). Educação após Auschwitz. In: Cohn, G (org.). Sociologia, São Paulo: Ática.
- Arendt, Hannah. (1999). Eichmann em Jerusalém. São Paulo: Companhia das Letras.
- Arendt, Hannah. (2006). Responsabilidade e Julgamento, São Paulo: Companhia das Letras.
- Bonilla-Silva, Eduardo. (2010). Racism without racists. New York: Rowman&Littlefield Publishers.
- Fernandes, Florestan. (2007). O negro no mundo dos brancos, São Paulo: Global.
- Nogueira, Oracy. (1998). Preconceito de marca. São Paulo: EDUSP.
- Santos, Gislene Aparecida dos. (2002). A Invenção do ser negro. São Paulo/Rio de Janeiro: Pallas,/EDUC,/FAPESP.
- Santos, Gislene Aparecida dos. (2012). Reconhecimento, utopia, distopia. Os sentidos das políticas de cotas raciais. São Paulo; Annablume//FAPESP.
- Ware, Vron (org). Branquidade. (2004). Identidade branca e multiculturalismo. Rio de Janeiro: Garamond.
- Young, Iris Marion. (1996). Justice and the politics of difference. Princeton: Princeton University Press.

Recebido em 26/06/2012
Aceito em 12/10/2012